

CONRADO ALMEIDA CORRÊA GONTIJO

LOBBY:
ESTUDO DE DIREITO COMPARADO
E NECESSIDADE DE REGULAMENTAÇÃO
DO INSTITUTO NO ORDENAMENTO JURÍDICO
BRASILEIRO



Lobby: estudo de direito comparado e necessidade de regulamentação do instituto no ordenamento jurídico brasileiro

Conrado Almeida Corrêa Gontijo

Todos os direitos reservados.

Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo - Lei 9.610/1998.

CIP-Brasil. Catalogação na Publicação
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ

G6411

Gontijo, Conrado Almeida Corrêa.

Lobby: estudo de direito comparado e necessidade de regulamentação do instituto no ordenamento jurídico brasileiro / Conrado Almeida Corrêa Gontijo. - São Paulo, SP: Marcial Pons. 2020.

324 p. : 16 x 23 cm

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-86696-06-6

1. Direito - Brasil. 2. Lobby. I. Título.

CD 328.38

© Conrado Almeida Corrêa Gontijo

© MARCIAL PONS EDITORA DO BRASIL LTDA.

www.marcialpons.com.br

Impresso no Brasil

1180548

SUMÁRIO

Agradecimentos – CONRADO ALMEIDA CORRÊA GONTIJO	7
Arguto e Profundo (à guisa de Prefácio)	9
Introdução	17
1. O Lobby: temas essenciais para a compreensão do instituto	25
1.1. O <i>lobby</i> e considerações a partir de uma perspectiva histórica ..	
1.2. A expansão da prática do <i>lobby</i> nas últimas décadas e a sua presença nos diversos espaços da administração pública estatal .	30
1.3. O que é o <i>lobby</i> e como atuam os lobistas	48
1.4. O <i>lobby</i> e a sua relação com a democracia	58
1.5. Os problemas com o <i>lobby</i>	66
1.6. A regulamentação do <i>lobby</i> como mecanismo de proteção da transparência e da moralidade no âmbito da administração pú- blica	73
1.7. As ferramentas de controle utilizadas na regulamentação do <i>lobby</i>	83
2. A regulamentação do <i>lobby</i> no direito comparado: modelos e ins- trumentos de controle	93
2.1. A história do tratamento jurídico do <i>lobby</i> nos Estados Unidos .	93
2.1.1. O <i>Lobbying Disclosure Act</i> de 1995: história e conteúdo normativo	103
2.1.2. O <i>Honest Leadership and Open Government Act</i> de 2007: história e conteúdo normativo	112

2.2. A história do tratamento jurídico do <i>lobby</i> no Canadá	125
2.2.1. ● <i>Lobbyist Registration Act</i> de 1989: história e conteúdo normativo	131
2.2.2. ● <i>Lobbying Act</i> de 2008: história e conteúdo normativo	138
2.3. A história do tratamento jurídico do <i>lobby</i> no Reino Unido...	148
2.3.1. ● <i>Transparency of Lobbying, Non-Party Campaign and Trade Union Administration Act</i> de 2014: história e conteúdo normativo	155
2.4. A história do tratamento jurídico do <i>lobby</i> no Chile.....	164
2.5. A história do tratamento jurídico do <i>lobby</i> na União Europeia	178
2.5.1. ● tratamento jurídico do <i>lobby</i> no Parlamento Europeu .	182
2.5.2. ● tratamento jurídico do <i>lobby</i> na Comissão Europeia...	186
2.5.3. A iniciativa conjunta da Comissão Europeia e do Parlamento Europeu para o tratamento jurídico do <i>lobby</i> (o Registro de Transparência)	192
3. Aspectos essenciais para a regulamentação do <i>lobby</i> no ordenamento jurídico brasileiro	199
3.1. Panorama da regulamentação do <i>lobby</i> no Brasil.....	199
3.2. A análise do direito penal brasileiro, dos tipos penais erigidos para a proteção da administração pública e da sua relação com o <i>lobby</i>	217
3.3. A corrupção e o <i>lobby</i>	224
3.4. A prevaricação e o <i>lobby</i>	233
3.5. A advocacia administrativa e o <i>lobby</i>	239
3.6. ● tráfico de influência, a exploração de prestígio e o <i>lobby</i> ..	247
3.6.1. Considerações sobre a aparente relação entre as condutas que caracterizam os crimes de tráfico de influência e exploração de prestígio e o <i>lobby</i>	247
3.6.2. Análise crítica dos crimes de tráfico de influência e exploração de prestígio à luz dos princípios basilares do direito penal e do <i>lobby</i>	252

3.6.3. Como tratar o tráfico de influência real no âmbito da administração pública	261
3.7. A tipificação das condutas do lobista cadastrado que negocie influência para estimular a prática de atos ilegais por funcionários públicos ou pessoas a eles juridicamente equiparadas: nossa proposta de tipo penal	272
Conclusões	279
Bibliografia	291